

OS PORTUGUESES E A DEFESA DA EUROPA

Os portugueses apoiam maioritariamente a presença de Portugal na NATO. É a primeira conclusão de uma sondagem à opinião pública destinada ao Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. A segunda conclusão é que 47 % dos portugueses concordam com o estabelecimento de armas nucleares em Portugal.

A sondagem de opinião realizada para o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais pela Teor sobre questões de defesa veio esclarecer quais as tendências da opinião pública portuguesa em várias matérias com ela relacionadas, sobre as quais não havia sido divulgada até hoje qualquer informação, e sugere campos onde podem incidir acções de esclarecimento da opinião pública sobre defesa nacional.

Os resultados desta sondagem, cujo trabalho de campo decorreu entre Maio e Junho de 1981, revelam que é muito exagerada a invocada oposição da opinião pública portuguesa à presença de Portugal na NATO e mesmo quanto à suscitada questão da instalação de mísseis nucleares no nosso país. Pelo contrário, é um facto evidente que a maioria dos portugueses quer que Portugal continue a pertencer à NATO, numa atitude que pode ser classificada como não neutralista.

No que respeita à instalação de mísseis em Portugal, haverá que ter cuidado na análise dos resultados, sem extrair outras conclusões que não aquelas que os números claramente indicam e que são, principalmente, a necessidade de esclarecimento. Aliás, por ser uma questão nova para os portugueses, e portanto pouco amadurecida, foi necessário, para se conhecer com precisão a opinião dos portugueses sobre tema tão importante, confrontá-los com uma pergunta vazia de implicações concretas e outra que se situa num contexto preciso: a defesa nacional. Os resultados são esclarecedores. Quando a instalação de armas nucleares é considerada necessária à defesa de Portugal e da NATO, quase metade dos inquiridos com opinião definida mostra-se favorável a uma tal decisão, sendo mesmo maioritários nos grandes centros urbanos.

A primeira conclusão mais importante desta sondagem é que os portugueses apoiam maioritariamente a presença de Portugal na NATO. Dos entrevistados com opinião definida (excluem-se os não respondentes, critério que se seguirá ao longo desta comunicação), 56 por cento estão de acordo com a presença de Portugal na NATO, e apenas 12 por cento não concordam. Repare-se que a percentagem de opiniões concordantes corresponde aproximadamente ao apoio eleitoral da AD e do Partido Socialista, que, como é sabido, são fortes apoiantes da NATO, e que a percentagem dos que se opõem é menor que o apoio eleitoral do PCP e das outras forças políticas que se opõem à NATO.

A PRESENÇA DE PORTUGAL NA NATO (% DE INDIVÍDUOS COM OPINIÃO DEFINIDA)



CONCORDÂNCIA POR PROFISSÃO

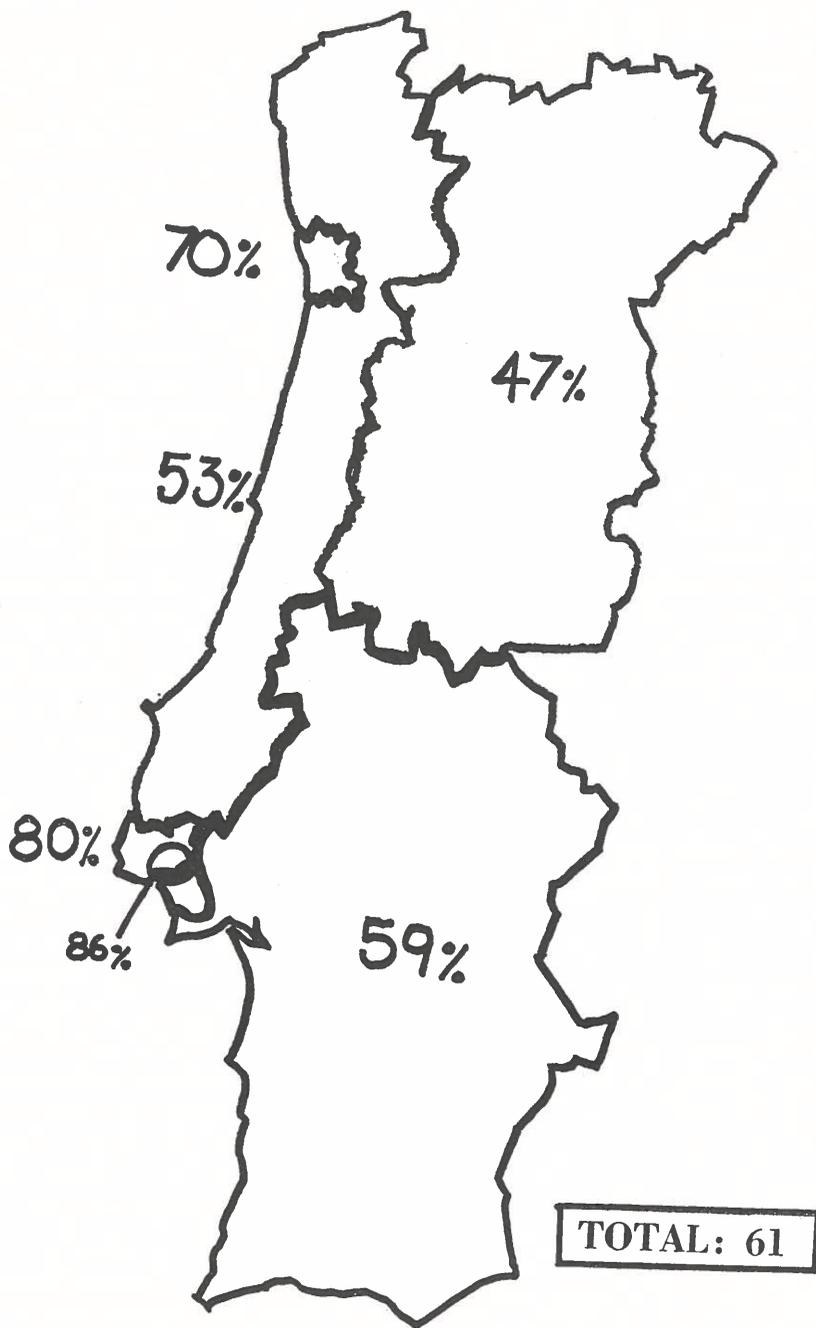
Há no entanto que considerar que 39 por cento dos entrevistados não sabe o que é a NATO, o que em parte explica os cerca de 26 por cento de não respondentes às restantes perguntas. Estes são principalmente habitantes das zonas rurais, indivíduos com educação primária incompleta ou nula ou que não estão em contacto regular com nenhum meio de comunicação social.

Este desconhecimento do que é a NATO, e certamente de muitos outros temas da vida do país, realça a necessidade de se fazer chegar a uma larga parcela da população portuguesa informação, através dos meios mais apropriados, a rádio e a televisão, sobre a aliança militar cuja existência tem um profundo significado, não só para a defesa da Europa e, portanto, dos portugueses, como também para a paz a nível mundial.

Mísseis nucleares: uma campanha sobre uma não-questão

A segunda parte da sondagem trata da instalação de mísseis nucleares em Portugal. Mas, antes de entrar na análise desse capítulo

CONHECIMENTO DA NATO



da sondagem, teria interesse recordar a exemplar campanha de intoxicação de opinião pública levada a cabo, antes de se ter efectuado a sondagem, sobre este mesmo tema.

A campanha surgiu com evidência quando do reingresso de Portugal no Comité de Planeamento Nuclear da NATO, solicitado ao tempo do Governo de Sá Carneiro. No regresso de Bruxelas, o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, vê-se de imediato perante a pergunta desferida por um jornalista. Tinha sido proposta a instalação de armas nucleares em Portugal? Amaro da Costa nega que tal tivesse sido proposto.

Novo alento é insuflado na campanha por ocasião das hesitações do governo holandês quanto à autorização de modernização do arsenal nuclear instalado nesse país no âmbito da NATO, tal como outros países membros da Aliança Atlântica. Os promotores da campanha, alguns deles membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação, secção portuguesa de uma organização com sede em Moscovo, especializada em operações deste tipo, começaram por procurar fazer crer à opinião pública que havia por parte do governo português e da NATO intenção em estabelecer mísseis nucleares em Portugal no âmbito daquela renovação.

Na realidade, tal questão nunca tinha sido posta, nem pelo Governo nem pela NATO, e não está sequer provado que utilidade para a defesa teria estacionar tais armas em Portugal. Era uma questão que o passou a ser por via dos opositores ao reforço da defesa da Europa.

Logo choveram as perguntas sobre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonçaves Pereira, que por acaso visitava na ocasião o seu homólogo americano, sobre o que já se tinha tornado na «eventual instalação de mísseis nucleares americanos em Portugal». O ministro negou que a questão alguma vez se tivesse colocado mas que caso o viesse a ser haveria que a estudar. Mário Soares pronunciou-se em termos semelhantes. Contudo, os argumentos dos promotores da campanha anti-NATO não foram devidamente contrariados. Uma das razões será talvez a ignorância dos responsáveis políticos e militares sobre a opinião do público, aliado à necessária prudência no que respeita a declarações que pudessem vir a comprometer futuras decisões.

Portugal é já um alvo

Questões importantes levantadas pelos promotores da campanha ficaram por responder. Afirmavam que caso viessem a ser instalados mísseis nucleares, Portugal se tornaria alvo de ataque nuclear. Alvo de quem? Certamente que não dos seus aliados. Claro que nunca foi afirmado que o alvejador só poderia ser a União Soviética. Tornar-se-ia Portugal num país agressor pelo facto de a sua defesa

incluir mísseis nucleares? A hipótese é ridícula. Nunca se ouviu dizer que a França, com a sua «force de frappe» independente, fosse um país agressor. Mas que dizer da União Soviética, que possui o maior arsenal dessas armas devastadoras e que boa parte dele está apontado para a Europa?

E será que Portugal deixaria de ser um alvo pelo facto de não manter armas nucleares no seu solo, em caso de conflito generalizado na Europa? É evidente que, numa tal situação, nenhum país europeu, incluindo o nosso território insular, escaparia ao conflito, com ou sem armas nucleares. Basta ter presente o facto de o avião bombardeiro soviético **Backfire** ser capaz de atingir sem reabastecimento o território nacional, continental e insular, a partir das bases na Península de Kola, a leste da Escandinávia.

Portugal é já um alvo, com ou sem mísseis nucleares. É precisamente para fazer face à ameaça representada pelo **Backfire** e pelos mísseis SS-20 que se torna necessário modernizar o equipamento nuclear de defesa da Europa com mísseis Pershing II e de cruzeiro.

Mas os objectivos da campanha não eram impedir a instalação dos mísseis em Portugal, visto que a questão nem sequer se punha. Os objectivos eram antes de cariz político e psicológico: criar dificuldades ao governo português obrigando-o a pronunciar-se sobre uma questão que não o tinha sido até esse momento, mas que era apresentada como uma quase certeza, tendo como pano de fundo a crise do governo holandês; procurar abrir brechas na solidariedade europeia e atlântica, tentando provocar declarações contra a renovação da defesa nuclear que pudessem vir a ser utilizadas internamente e no estrangeiro; tomar a iniciativa junto da opinião pública; procurar criar um clima de medo a partir da ideia «Portugal com mísseis, país-alvo».

Maioria nas grandes cidades concorda com o estabelecimento de mísseis

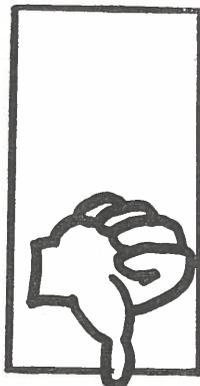
Que efeitos produziu a campanha na opinião pública, não é possível aferir com exactidão visto não se dispor de sondagens anteriores. Mas, pelos resultados agora obtidos, pode afirmar-se que não terá tido sucesso.

A segunda constatação mais importante da sondagem é que apenas 33 por cento dos inquiridos com opinião definida se opõe ao estabelecimento de armas nucleares em Portugal, caso tal seja considerado necessário para a defesa de Portugal e da NATO, enquanto 47 por cento concorda com uma tal medida. Os 20 por cento de indiferentes aceitam em princípio qualquer decisão, havendo ainda que ter em conta que não houve nenhuma acção de sensibilização da opinião pública no apoio ao estabelecimento de mísseis, visto não ter sido necessária.

INSTALAÇÃO DE MÍSSEIS NUCLEARES EM PORTUGAL o/o



18



56

Posição de princípio



50



30

Se for necessário
para defender Portugal
e a NATO

(o/o DE INDIVÍDUOS COM OPINIÃO DEFINIDA)

A este respeito são significativas as respostas à mesma pergunta, mas feita de outro modo, secamente, sem se mencionar que o estabelecimento de mísseis poderia ser considerado necessário para a defesa de Portugal e da NATO. Comparando os resultados obtidos desta maneira (18 por cento concordam e 58 por cento discordam) com os referidos acima, torna-se evidente que se for explicado à opinião pública porque seria necessário tomar uma tal medida esta teria todas as possibilidades de ser aceite.

Esta conclusão torna-se mais clara em face dos resultados obtidos nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, centros decisivos para a formação da opinião pública e das decisões políticas. Na região da Grande Lisboa, concordam com a presença de Portugal na NATO 52 por cento dos entrevistados, e discordam 17 por cento. No Grande Porto, 65 por cento é favorável e 12 por cento desfavorável. Quanto à questão dos mísseis, estão de acordo na Grande Lisboa 53 por cento, contra 35 por cento, e na região do Grande Porto 53 por cento concorda e 27 por cento discorda.

Finalmente é de notar, ainda no que se refere à parte da população mais influente na formação da opinião pública, no que respeita à opinião por grupos etários, que é entre a juventude (dos 15 aos 31 anos) que se manifesta maior concordância em relação a ambas as questões. Por outro lado, os resultados por profissões revelam que entre os empregados de comércio e indústria, operários qualificados e não qualificados e empregados de serviços, isto é, uma população sediada em geral em centros urbanos, é elevada a percentagem de respostas concordantes com a presença de Portugal na NATO (63 por cento) e com o estabelecimento de armas nucleares (57 por cento).

Pode concluir-se que, apesar de ainda não esclarecidos sobre questões fundamentais da defesa nacional, os portugueses reconhecem a sua necessidade e que a presença na NATO é a via para a garantir.